

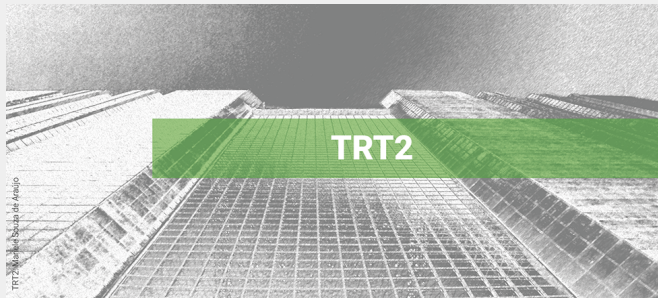
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 27

Período: 11 a 15 jul. 2022



Ato n. 30/GP, de 7 de julho de 2022

Institui o Conselho Consultivo de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região e dá outras providências.

Portaria n. 22/GP, de 11 de julho de 2022

Designa os membros do Conselho Consultivo de Comunicação Social do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 21/GP, de 7 de julho de 2022

Constitui a Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Provimento n. 1/GP, de 11 de julho de 2022

Dispõe sobre o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

Portaria n. 21/DGA, de 14 de julho de 2022

Altera as Portarias n. 5/DGA, de 15 de janeiro de 2018, n. 3/DGA, de 31 de janeiro de 2019, n. 21/DGA, de 17 de maio de 2019, n. 3/DGA, de 14 de janeiro de 2020, n. 11/DGA, de 5 de julho de 2021 e n. 8/DGA, de 24 de janeiro de 2022.

Órgãos de interesse

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n.

Lei n. 14.365, de 2 de junho de 2022

Altera as Leis n. 8.906, de

Poder Executivo

Decreto n. 11.129, de 11

[123, de 14 de julho de 2022](#)

Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei n. 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei n.

4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

Conselho Federal de Economia

[Resolução n. 2.111/COFECON, de 4 de julho de 2022](#)

Inclui e altera dispositivos da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - CLPE, e dá outras providências.

Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região

[Resolução n. 151/CREF4.SP, de 11 de julho de 2022](#)

[de julho de 2022](#)

Regulamenta a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

[Decreto n. 11.133, de 14 de julho de 2022](#)

Altera o Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, para dispor sobre a competência de classificação de informação no âmbito do Banco Central do Brasil, e qualifica o Banco Central do Brasil para fins do disposto no Decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012.

TST

[Ato Conjunto n. 48/TST.CSJT.GP, de 8 de julho de 2022](#)

Dispõe sobre a coordenação e articulação dos grupos ou unidades administrativas de pesquisa no âmbito da Justiça do Trabalho.

[Ato n. 430/SEGJUD.GP, de 12 de julho de 2022](#)
Divulga os novos valores referentes aos limites de

14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.

Emenda Constitucional n. 124, de 14 de julho de 2022

Institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Emenda Constitucional n. 125, de 14 de julho de 2022

Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 54, de 2022

Prorroga pelo período de 60 (sessenta) dias a vigência da Medida Provisória n. 1.117, de 16 de maio de 2022, que altera a Lei n. 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

Dispõe sobre a definição da atuação do Profissional de Educação Física na área de Suplementos Alimentares e dá outras providências.

Conselho Federal de Psicologia

Resolução n. 15/CFP, de 11 de julho de 2022

Estabelece normas para atuação das psicólogas e psicólogos no Sistema Socioeducativo.

Ministério do Trabalho e Previdência

Portaria n. 1.463/PRES.INSS, de 8 de julho de 2022

Revoga a Resolução n. 495/PRES.INSS, de 4 setembro de 2015, que dispõe sobre a retenção de provisões para pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestação de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Portaria n. 1.938/SE.MTP, de 11 de julho de 2022

Estabelece os fatores de

depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT.

CSJT

Ato n. 104/CSJT.GP. SEGGEST, de 12 de julho de 2022

Altera a denominação do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho (CGE-JT) e dos Subcomitês Gestores da Estratégia da Justiça do Trabalho (SGE-JT), instituídos pela Resolução n. 259/CSJT, de 14 de fevereiro de 2020.

Ministério da Economia

Portaria n. 6.066/SEDGG.ME, de 11 de julho de 2022

Estabelece as regras e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando da cessão ou requisição de servidores públicos efetivos, empregados públicos de que trata a Lei n. 8.878, de 11 de maio de 1994, e empregados de empresas estatais.

Lei n. 14.397, de 8 de
julho de 2022

Anistia infrações e anula
multas por atraso na
entrega da Guia de
Recolhimento do Fundo
de Garantia do Tempo de
Serviço e Informações à
Previdência Social (GFIP).

atualização para o mês de
julho de 2022.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal